

Desenvolvimento Regional: um Estudo Baseado no Crescimento Econômico do Município de Aparecida de Goiânia

Regional Development: a Study Based on the Economic Growth of the City of Aparecida de Goiania

Nélia Paula De Melo^{a*}; Jeferson de Castro Vieira^a

^aPontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, GO, Brasil

*E-mail: npaula303@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o desenvolvimento do município de Aparecida de Goiânia com base na análise de indicadores econômicos e fiscais, à luz da produção teórica sobre espaços territorialmente contíguos inseridos em espaços nacionais. Assim, ao analisar o crescimento das atividades empresariais diversificadas e de porte variável, apresentam-se notáveis resultados periódicos. Ainda que esse fato não empreste uma ênfase prioritária à questão do desenvolvimento da região, seu resultado merece total atenção, uma vez que incorporou um conjunto de diretrizes voltadas ao combate das desigualdades sociais. Um ponto notório é o incremento das pequenas empresas que têm se destacado no atual cenário socioeconômico em muitas faces, seja pela participação nos processos produtivos na geração de emprego e renda à sociedade, seja pela elevada quantidade de empresas que vem se estabelecendo, fato este que ocasiona o aquecimento da economia local e desperta interesse para novos empreendimentos.

Palavras-chave: Região. Desenvolvimento Regional. Desigualdades.

Abstract

The aim of this paper is to present the development of Aparecida de Goiania city based on the analysis of economic and fiscal indicators according to theoretical literature on territorially contiguous spaces embedded in national territories. Thus, by analyzing diverse variable-sized business activities growth is possible to verify remarkable periodicals results. Although this fact does not lend a priority emphasis on the issue of the development of the region, its result deserves full attention, since it incorporated a set of guidelines aimed at fighting social inequalities. A notable point is the increase of small companies that have been prominent in the current socio-economics scenario in several aspects. Whether through participation in production processes, generating employment and income to the society, as the high number of companies that has been establishing itself, a fact that causes heating of the local economy and arouses the interest for new development.

Keywords: Region. Regional Development. Inequalities.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar o desenvolvimento do município de Aparecida de Goiânia como resultado, dentre outros fatores, do aprimoramento de sua gestão, apontado em indicadores econômicos, financeiros e sociais, com intenção de máxima eficácia na busca de sua autonomia administrativa e financeira.

Este artigo reconhece o desenvolvimento do município de Aparecida de Goiânia e por esse motivo busca apresentá-lo. Contudo, é fundamental explicar os coadjuvantes que integram e compõem este processo como o estudo do território, da região em que se insere, e o tema desenvolvimento regional do ponto de vista teórico, e ao final se embasam as especificidades e detalhes a serem destacados sobre o município, razão do atual interesse para fins de conhecimento e análise do crescimento identificado.

Em qualquer trabalho acadêmico da área, mesmo que não influenciado pelas teorias clássicas, necessariamente nestas buscam apoio e acabam por abordar os mesmos temas, dilemas e teses que aqueles autores enfrentaram, pois que essas correntes e suas implicações sobre as políticas públicas

continuam orientando a produção teórica da atualidade.

Sem aprofundar no conceito de região, as teorias formuladas ligam-se essencialmente à noção fundamental de diferenciação de áreas geográficas, e cada uma naturalmente observa aspectos inovadores e significativos, que ao final contribuem conjuntamente para estudos regionais e explicam o desenvolvimento de determinado lugar.

Na sequência, as Teorias Clássicas da Localização que estudam o desenvolvimento regional enfatizando os fatores de aglomeração e a produção, defendidas por economistas e geógrafos dos dois últimos séculos, são delineadas uma vez que compõem o objeto da análise empreendida.

Após, necessário entender o território como dimensão espacial e observar sua delimitação nos termos preconizados pelo modelo federativo consagrado na Constituição Federal vigente.

Preparado o terreno, mesmo que não influenciado pelas teorias de desenvolvimento regional que se convencionaram chamar de “teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração” pois essas contêm diretrizes básicas, as principais referências são: os “polos de crescimento”

de Francois Perroux, a demonstração da “causação circular e acumulativa” de Gunnar Myrdal, nos “efeitos para trás e para a frente” de Albert Hirschman, e na “base exportadora” de Douglas North.

Formado o cenário é possível abordar o tema principal deste trabalho sobre desenvolvimento regional e as políticas aplicadas, em especial, no município de Aparecida de Goiânia.

Sabe-se que o desenvolvimento envolve diretamente as pessoas e o local em que vivem, daí é possível questionar: como o incremento e crescimento das atividades empresariais contribuem para o desenvolvimento da região em que está inserido o município de Aparecida de Goiânia?

A fim de responder ao problema da pesquisa, este artigo busca sintetizar as raízes teóricas sobre desenvolvimento, para em segunda etapa, relacioná-las com as questões das políticas regionais aplicadas. E, por fim, propõe o estudo empírico a ser realizado no município de Aparecida de Goiânia, com ênfase no crescimento empresarial identificado nessa região, o que se compreende como sendo um dos fatores preponderantes para a geração de empregos e a consequente melhoria dos níveis de renda da população.

2 Desenvolvimento

2.1 Teorias de região, da localização e do desenvolvimento regional

Abordar o conceito de região é tarefa complexa e conflituosa, tendo em vista que existem diferentes correntes de pensamento com concepções bem diferenciadas. O estudo básico sobre região está ligado à noção fundamental de diferenciação de áreas geográficas, de que a superfície da terra é constituída por várias áreas diferentes entre si. Neste sentido, para que se possa compreender o significado de região faz-se necessário remeter ao período histórico e ao contexto em que ele surge.

De acordo com Spagnoli (2009), foi a partir das últimas décadas do século XIX que surgiram dois importantes processos que marcaram a Europa e a geografia quanto à região. O primeiro refere-se à fase de expansão territorial do capitalismo. Já o segundo, repercute à sistematização da geografia como ciência, a qual contribuiu para a discussão sobre região de forma relevante, apontando assim os primeiros conflitos envolvendo a região. Trata-se, então, de afirmar que:

A região natural influenciada pela corrente determinista, que se caracteriza pela uniformidade dos resultados da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza, justificando a exploração dos recursos naturais por interesses econômicos, e a região geográfica, decorrente da visão possibilista de Vidal de La Blache, em que os componentes humanos e naturais de paisagem conferem uma combinação específica à diversidade, singularizando o espaço regional (GOMES, 2000, p.35).

Por volta dos anos 1970, emergiram novas correntes críticas buscando conceituar região. De acordo como Spagnoli (2009), há duas correntes importantes para o marco histórico da definição de região: uma, de base marxista e outra, de base

fenomenológica, cada qual com suas concepções definidas. Note-se que Santos (2006) descreve região “como uma síntese concreta e histórica dos processos sociais, como produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social”. E relata ainda que, “para a geografia de base fenomenológica, a região pode ser entendida como uma construção mental individual inscrita na consciência coletiva”. De acordo com Martins (2010), a região é como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as diferenças entre eles e outro conjunto de lugares.

Para Lopes (1995) a região é um conceito observável porque resulta concretamente da sobreposição de zonas de influência das cidades nelas contidas. Logo, uma região deve considerar as áreas dotadas de relações de interdependências, não pode assim, excluir os fatores de ordem econômica, política e social, e ainda, o funcionamento da mesma dentro de seu sistema de regiões.

Assim, pode-se dizer que:

O desenvolvimento de uma região, ao longo prazo, é explicado pela interação de vários tipos de processos ou forças, que são os usos dos recursos naturais, os efeitos indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais, e um conjunto de elementos políticos institucionais e sociais, agrupados sob a denominação de capacidade de organização social da região (BOISIER, 1980, *apud* KALNIN, 2004, p.214)

Essa capacidade de organização social de determinada região e a forma em que se estabelece é obtida geralmente da interação entre esse espaço e os valores daquela sociedade, como alerta Boisier, Smolka e Barros (1973, p.62):

Salvo poucas exceções, as experiências indicam que, em alguma etapa do desenvolvimento econômico a estrutura espacial e a região entram em conflito com os valores e objetivos da sociedade. O conflito mais usual apresenta-se em termos de concentração econômica territorial e dos objetivos igualitários da sociedade. Este conflito entre estrutura espacial e valores é uma das razões que explicam a necessidade da aplicação de políticas de desenvolvimento regional, formuladas como uma tentativa de resposta social ao problema.

Compreende-se que a capacidade de organização social da região é definida pela existência de estruturas políticas, sociais e burocráticas capazes de permitir o seu crescimento interno. E é analisando este conjunto de fatores que permitirá explicar o porquê do desenvolvimento deste lugar, tendo como ferramenta a aplicação de dados e indicadores, utilizando-se inclusive de variáveis estatísticas para sua mensuração.

Nesse aspecto, merece atenção as abordagens que ressaltam a dimensão espacial do desenvolvimento formuladas pelas Teorias Clássicas da Localização. São estudos sobre desenvolvimento regional que enfatizam os fatores de aglomeração e de produção defendidas por economistas e geógrafos entre o século XIX e início do século XX. Podem, também, ser entendidas como a análise da organização espacial da economia.

Dentre os teóricos clássicos, três relacionam-se com a análise pretendida: Johann Heinrich Von Thünen, Harold Hotelling e Paul Krugman.

Apontado como o fundador da teoria do uso do solo, o trabalho de Thünen (THISSE, 2011) é o alicerce para o desenvolvimento da moderna economia urbana. Segundo Dallabrida (2011), mesmo advertindo sobre a reduzida importância, na atualidade, dos custos de transporte aos custos totais da empresa, esse teórico focou seus estudos na análise da distância, no custo de transporte e na localização do mercado como variáveis explicativas do padrão de ocupação do solo agrícola. Demonstrou que os preços de mercado elevavam-se com o aumento da distância dos locais de produção em relação ao mercado de consumo, teoria esta chamada de “*anéis de Thünen*”, que são as circunstâncias em torno da cidade, cada uma delas delimitando a área de cultivo de um produto. Com isso, os preços dos produtos sofreriam influência de acordo com sua distância em relação ao centro.

Dallabrida (2011), com uma teoria diferente, estuda a natureza da competição no espaço e a maneira pela qual as empresas escolhem sua localização num ambiente estratégico. Neste modelo, a diferença refere-se à decisão locacional como forma de se ganhar vantagem competitiva em relação à concorrência. A decisão de onde produzir é fundamental para que se defina endogenamente o padrão de distribuição.

Destes teóricos, Paul Krugman, segundo informa Thisse (2012), apresentou a microeconomia das aglomerações econômicas espaciais e os desequilíbrios regionais nos níveis, nacional e internacional. Assim, construiu um modelo de equilíbrio geral capaz de explicar por que, como e quando a atividade econômica pode ser concentrada em poucos locais. Dallabrida (2011) retrata que a principal contribuição de Paul Krugman, foi a incorporação dos chamados “retornos crescentes” nos modelos formais dedicados à compreensão dos fenômenos espaciais. Simplificando, as forças que incitam os empresários industriais a se agruparem residem nas externalidades da demanda, sendo que a concentração geográfica nasce, basicamente, da interação entre os rendimentos crescentes, os custos de transporte e a demanda.

Analisando estas e outras teorias, conclui-se que os retornos crescentes e a competição estratégica são os ingredientes básicos para uma teoria relevante de equilíbrio espacial. Assim, quando os custos de transporte são baixos, os benefícios da separação geográfica serão reduzidos e os preços serão menores, conforme percebe-se neste trecho:

As empresas então optam por refazer suas margens de lucro diferenciando seus produtos com algumas características não geográficas, que podem ser tangíveis ou intangíveis. Em outras palavras, a diferenciação de produtos é substituída pela dispersão geográfica. Neste caso, as empresas não mais temem os efeitos da competição de preços e se esforçam em permanecer o mais próximo possível do consumidor, com quem a correspondência (*matching*) for a melhor. Como estes consumidores estão espalhados pelo espaço do mercado, as empresas se estabelecem no centro, minimizando assim sua diferenciação geográfica (THISSE, 2012, p.12).

Nesse sentido, surgem as teorias que se convencionaram chamar de “teorias do desenvolvimento regional com ênfase

nos fatores de aglomeração”, cujos principais autores floresceram a partir da década de 1950, e são de inspiração notoriamente keynesiana. As principais referências segundo Cavalcante (2011) que, de uma forma ou outra, enfatizaram o desenvolvimento de espaços subnacionais são o modelo dos “polos de crescimento” de Perroux, a demonstração da “causação circular e acumulativa” de Myrdal, os “efeitos para trás e para a frente” de Hirschman, e a “base exportadora” de North.

Assim, na década de 1950, o conceito de aglomeração passou a ser empregado de forma sistemática na interpretação dos movimentos de crescimento e desenvolvimento regional.

O economista francês François Perroux, influenciado em especial por Schumpeter, propôs o conceito de “polo de crescimento” que tem sido um dos mais empregados na formulação de políticas de desenvolvimento regional.

A partir de Schumpeter, que demonstra a importância do ponto de vista da dinâmica capitalista das inovações, Perroux explora as relações que se estabeleceriam entre indústrias motrizes versus movidas. As primeiras caracterizam-se por aumentar as vendas e as compras de serviços de outras, e as segundas – movidas – têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes. E reforça sua explicação argumentando que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeito variável sobre a economia (DALLABRIDA, 2011).

Apesar de os estudos de Perroux terem explicitamente subsidiado a formulação de políticas de desenvolvimento regional em países desenvolvidos e em desenvolvimento até pelo menos o início da década de 1970, seus polos de crescimento foram severamente criticados, e, sobretudo, em decorrência das transformações que começaram a ser percebidas na década de 1970, implicariam, portanto, em uma impossibilidade de aplicação direta de conceitos formulados para outro contexto.

Gunnar Myrdal, no que se refere à evolução do pensamento econômico regional, contribuiu ao indicar as razões pelas quais as economias regionais tenderiam a divergir ao longo do tempo. Mesmo não formalizando qualquer modelo, baseou-se no relato de uma trajetória provável de desenvolvimento regional e na ideia de causação circular e acumulativa (DALLABRIDA, 2011). De acordo com o autor, haveria mecanismos que, uma vez iniciados, seriam mutuamente reforçados pelas forças de mercado e conduziriam as regiões por caminhos divergentes.

Segundo este último autor, em abordagem subnacional, sustenta que haveria uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. A hipótese da causação circular e cumulativa proposta por Myrdal (1957 *apud* CAVALCANTE, 2011) teria validade em todo o campo das relações sociais e o leva a afirmar que o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade.

Desta maneira, Myrdal supõe que um surto de crescimento em uma determinada região por uma razão fortuita, despertaria os recursos produtivos e passaria a atrair recursos produtivos (trabalho, capital e espírito empreendedor) de outras regiões. Os negócios ali implantados ampliariam o mercado para novos empreendimentos que, por sua vez, gerariam mais lucro e mais poupança e, em consequência, outra rodada de investimentos. A migração verifica-se seletiva uma vez que os imigrantes seriam os mais empreendedores e capazes, o que reforça ainda mais essa tendência. Quanto ao capital, virá das regiões estagnadas para as regiões em crescimento, conduzido pelo sistema bancário, o que também amplia a desigualdade regional.

A inclusão do setor público no modelo não é suficiente para reverter a tendência de divergência, podendo até mesmo reforçá-la, uma vez que a maior base de arrecadação nas regiões mais desenvolvidas permite a adoção de alíquotas tributárias mais baixas, o que as tornam ainda mais atraentes. Opostamente, as regiões subdesenvolvidas seriam pressionadas a ampliar a taxa sobre a sua base produtiva. Assim, somente as intervenções do setor público deliberadamente poderiam regressar a tendência de divergência para a redução das desigualdades regionais.

Os resultados negativos que o desenvolvimento de uma região gera sobre as demais, Myrdal denomina “efeitos de retroação”. Registrou, por outro lado, os “efeitos de difusão” (centrífugos) que levariam ao transbordamento do impulso de desenvolvimento para as regiões atrasadas. Essas forças contrabalançariam, em parte, os efeitos de retroação, mas não seriam, por si só, capazes de garantir um desenvolvimento regional mais equilibrado.

O grande teórico da economia do desenvolvimento do pós-guerra Albert Hirschman, segundo Dallabrida (2011), em oposição a Myrdal, considera a desigualdade uma necessidade, até mesmo um requisito do processo de desenvolvimento, e não um problema. O teórico inclusive destaca a importância dos desequilíbrios. Assim, o crescimento econômico seria alcançado por meio de uma sequência de desajustes: os desequilíbrios. Seria a forma das economias (ou regiões) periféricas potencializarem seus recursos escassos. Nos termos do próprio Cavalcante (2011) as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento.

Mesmo assim, Hirschman pondera sobre os efeitos positivos e negativos do desenvolvimento de uma região sobre as demais. Havendo parceria e cumplicidade entre as áreas, a integração poderia reduzir o desemprego da região pobre por meio do aumento de suas exportações. Já a perversidade da polarização se daria principalmente pela migração seletiva em direção à região dinâmica.

A teoria da base exportadora está associada ao trabalho do historiador econômico Douglass North (MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011). Este contesta a visão de que o desenvolvimento regional teria ocorrido em etapas sucessivas.

Descreve o desenvolvimento regional a partir do surgimento de uma atividade de exportação baseada em fatores locais específicos. As atividades ligadas a esse setor são chamadas de base exportadora, cujos efeitos sobre a economia local são também indiretos. A atividade de exportação induz, dessa forma, ao surgimento de polos de distribuição e cidades, nas quais começam a se desenvolver atividades de processamento industrial e serviços associados ao produto de exportação. A diversificação setorial, para North, é o resultado do sucesso das atividades de base e não o resultado do esgotamento do setor primário. Ou seja, a industrialização não garante que o desenvolvimento regional continuará, uma vez que ela é, na verdade, o resultado do sucesso da base exportadora.

A teoria da base exportadora de North é criticada por Tiebout (MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011), e um de seus principais argumentos é que a teoria depende da delimitação da região. Caso se expandam seus limites, aquilo que é considerado exportação passa a ser um componente interno à região e não da base. Assim, a delimitação da atividade da base exportadora seria arbitrária. E vai além ao dizer que North ignorou a possibilidade de que uma melhor alocação de fatores poderia levar, inclusive, a uma redução das exportações, o que, por si só, não seria um sinal de qualquer problema regional.

2.2 Desenvolvimento regional e as políticas aplicadas

O desenvolvimento de uma região envolve diretamente as pessoas e o local em que vivem. O desenvolvimento reflete quadros de vida evoluídos e se caracterizam pela disponibilidade de serviços e bens acessíveis a todos os indivíduos em qualquer lugar. Nestes termos, é possível concluir que a organização espacial condiciona naturalmente o desenvolvimento econômico, criando mobilidade e acesso a maiores oportunidades para uma apropriada utilização dos recursos humanos.

Em geral, o crescimento regional inicia-se e mantém relação com os recursos naturais e os fatores de produção. É inerente à aglomeração e concentração das pessoas e às atividades econômicas, e a distribuição destes pelo território tende a manter certa lógica padrão. A distribuição das atividades econômicas ordena-se a partir de pontos de produção e do mercado de consumo.

Assim, o desenvolvimento das regiões tem se firmado considerando tanto o sistema como um todo, como cada uma das suas partes componentes, respeitando a necessidade de atender as variáveis espaço e tempo em qualquer fase do desenvolvimento regional, independentemente do caráter das questões e discussões envolvidas.

Em especial o Brasil, país de dimensões continentais, com um território dotado de grande e rica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural, e marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, e que, por razões históricas, formou um padrão de desenvolvimento fortemente concentrado e excludente, deixando parte importante do

território brasileiro com seu potencial de desenvolvimento mal explorado. Nas regiões menos desenvolvidas as maiores dificuldades de acesso a empregos de qualidade e aos serviços básicos contribuem para alimentar o círculo vicioso do atraso e para limitar as oportunidades de crescimento pessoal e profissional dos brasileiros que ali vivem (DOCUMENTO DE REFERÊNCIA 2012, p.29). Essas características mostram as fortes desigualdades de ocupação e de desenvolvimento econômico e social do país e servem de referência para se pensar o papel do território em um projeto em nível nacional, combinado às dificuldades, mas também às potencialidades de suas diferenças (DINIZ, 2013). É a busca por um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado, respeitando e explorando sua diversidade, fundamental para a integração e a coesão econômica, social e territorial do Brasil.

Além da configuração estabelecida do padrão de desenvolvimento do Brasil, resultado de sua história econômica, é fundamental referenciar que, do que se pensava em termos de desenvolvimento regional, nas três últimas décadas surgiram fenômenos variados sem explicação satisfatória na teoria regional até então formulada. Daí a necessária reconstrução teórica, novos instrumentos de análise e estudos estão sendo testados e implantados, pois as alterações econômicas obrigam a profundas reformulações. A título de exemplo observam-se: acentuados processos de desindustrialização; mudanças na divisão internacional do trabalho; crise dos padrões locais do fordismo e o surgimento de novas áreas industriais, com tecnologia avançada e, portanto, nova forma de organização e divisão do trabalho; crescimento do setor de serviços; processo da globalização, que simultaneamente criou regiões em detrimento de outras, marginalizando-as, e ao mesmo tempo fragmentou o mercado; novas políticas liberais, com o expoente da privatização.

Ao abordar a questão do desenvolvimento no Brasil, é forçoso reconhecer que deve ser analisada sem perder de vista a história da economia das regiões do país, apesar de a década de 1980 alterar, ou mesmo romper e estabelecer nova configuração para o desenvolvimento regional brasileiro.

A respeito da reconfiguração da ação do Estado na economia, em relação à acentuada privatização sem precedentes mundiais, pode-se constatar que:

A desmontagem da capacidade de intervenção do Estado na economia brasileira na crise da dívida dos anos de 1980 quando se considerou crucial reduzir o alcance da intervenção estatal, enfatizando a necessidade de reduzir o déficit público, privatizar empresas estatais, abandonar as políticas de crédito e incentivos fiscais e cortar subsídios. Nos anos 90, com o processo de privatização das estatais, o comando sobre os setores com amplo potencial irradiador sobre a dinâmica econômica passou para o setor privado (OLIVEIRA, 2010, p.14).

Torna-se evidente em termos espaciais a significativa perda de ação do Estado sobre os instrumentos de política econômica, acarretando assim, a deterioração de sua capacidade de imprimir trajetória para o crescimento

da economia do País em face do estancamento da desconcentração produtiva, verificada no período de 1970 a 1990. E considerando os novos padrões tecnológicos vigentes, as regiões mais industrializadas tendem a concentrar os novos empreendimentos, os quais serão responsáveis pela dinâmica de suas economias e da economia nacional.

Isso implica em:

O esgotamento do processo de descentralização produtiva, a crise fiscal e financeira do Estado, a deteriorização de seus instrumentos de política econômica, a crescente preocupação com o curto prazo (pagamento da dívida pública) e as sucessivas tentativas de estabilização constituem os fatos mais relevantes para se compreender a evolução das economias regionais a partir da segunda metade da década de 80 (GUIMARÃES NETO, 1997, p.38).

Com tudo isso, em algumas regiões acentuaram-se as desigualdades regionais, e em outras, o fenômeno foi inverso, amenizou-as, conforme atesta o autor:

A inserção do País na economia mundial, num quadro de acirramento da competição internacional e introdução de um novo padrão tecnológico poderia dar lugar a uma integração que articula alguns espaços regionais privilegiados e mais capazes econômica e tecnologicamente, e marginalizaria os demais, quebrando inclusive a cadeia produtiva que no modelo anterior, de substituição de importações, havia integrado a base produtiva do País, da perspectiva setorial e espacial (GUIMARÃES NETO, 1997, p.79).

O modelo de desenvolvimento brasileiro estabeleceu profunda desigualdade de rendimentos e de acesso à terra, à escola, ao trabalho e às políticas públicas. A essas desigualdades somaram-se as decorrentes do modelo de economia primário-exportadora, baseada no trabalho escravo ainda não completamente superado.

As desigualdades regionais brasileiras foram em sua maioria determinadas em decorrência dos processos que ocorreram na fase de isolamento relativo, ou seja, nas formas de evolução das regiões e ainda nos complexos exportadores localizados em espaços distintos, dotados de dinâmica econômica e de capacidade de diversificação da base produtiva muito diferente. Exemplo disso é a Região Sudoeste, que munida de uma base produtiva industrial mais eficiente e de maior capacidade de competição, essa região induziu e condicionou o desenvolvimento das outras regiões, consolidando assim, as desigualdades entre os espaços regionais (GUIMARÃES NETO, 1997).

Visando a combater tanto quanto possível as desigualdades, a região encontra-se na atualidade sob relativa intervenção governamental, sendo que a última década foi marcada pela reconfiguração do tamanho e da ação do Estado na economia, a qual se caracteriza pela: diminuição dos espaços de regulamentação, quanto à atividade empresarial; redução da capacidade de efetivar políticas de rendas; retração da produção direta de bens e serviços econômicos; minimização de seu papel na elaboração de políticas setoriais e regionais; e ainda, restrição dos dispêndios do governo e intervenção na administração da economia (MONTEIRO NETO, 2006).

Do exposto, compreende-se que a melhor forma de estimular o desenvolvimento regional tem sido aperfeiçoar experiências com margem de sucessos, desconsiderando as características, bem como, os condicionantes de cada situação específica. Assim, pode-se afirmar que:

As transferências de recursos em torno de atividades produtivas têm se constituído, em muitos casos, num mecanismo de inclusão social que se distancia de uma política de desenvolvimento econômico capaz de fazer frente à problemática das desigualdades regionais (UDERMAN, 2006, p.122)

2.3 O Desenvolvimento da região e o município de Aparecida de Goiânia

Didaticamente, Santos (2006) define que o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala de território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem (CANDEIAS; MACDONALD; MELO, 2005). A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.

Assim, é preciso superar a visão tradicional de que a região é apenas um recorte do território, cujas características são refletidas por diferentes indicadores naturais, econômicos e sociais. Além dos atributos e diferenças refletidas nesses indicadores, o território contém história e cultura e, portanto, identidade política, o que dá aos seus habitantes a sensação de pertencimento. Nesse sentido, seus habitantes e outros entes institucionais (públicos, empresariais e da sociedade civil) são e devem ser vistos como agentes de seu próprio processo de desenvolvimento. Dentro dessa visão, o território deixa de ser apenas uma paisagem ou instância passiva e passa a ser um elemento central em seu próprio processo de desenvolvimento e no processo de desenvolvimento de outras escalas territoriais de maior dimensão. Isto exige uma complexa combinação de ações e de articulação entre os diferentes níveis de Governo (federal, estaduais, locais) (DINIZ, 2013).

De acordo com as reflexões de Henri Lefebvre (1970 *apud* SANTOS, 2006), que aborda a produção do espaço, como produto e condição da dinâmica socioespacial, *locus* da reprodução das relações de produção, Santos (2006) acrescenta ainda que o território não é apenas um suporte físico às atividades econômicas, mas também fruto das relações sociais que o compõem, entre elas a economia. Do exposto, o território, assim, deixa de ser um elemento externo à atividade econômica, devendo ser analisado de forma integrada ao conjunto das relações sociais que nele se materializam. Incorpora-se, dessa forma, o território como elemento fundamental do processo produtivo, enquanto simultaneamente é a materialização das consequências deste

mesmo processo produtivo, e a produção do espaço local e regional é parte integrante de um dado regime de regulação social, e cada um cria formas específicas de organização espacial do processo produtivo.

Essa regulação social é formulada no Brasil com a instituição da Federação, constituindo-se em ente único e absoluto, consolidando o critério espacial do território e a diversidade social de todos os entes que o compõe. Como modelo de distribuição de poder em um território, a Federação reflete a disputa deste poder na sociedade, e sua estabilidade está sujeita às alterações de ordem econômica, cultural, social e ambiental, sobretudo num país como o Brasil. Se não o ideal, ainda o modelo federativo apresenta-se como o mais adequado do ponto de vista geopolítico.

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 18, reconhece o município como a parte integrante no sistema federativo, garantindo-lhe autonomia para todos os efeitos (BRASIL, 1988). O município passou a integrar efetivamente a Federação, num processo de descentralização que o Brasil vem atravessando desde a década de 1980. De acordo com Rezende (2008, p.15): “Não se trata de mera circunscrição territorial, mas de uma peça importantíssima da Federação, dotada de autonomia política, financeira e administrativa”.

Ainda que garantido constitucionalmente, isolar o município do contexto do restante da Federação para fins de estudo é perigoso na medida em que desconsidera todo o contexto regional em que efetivamente se insere. A busca por autonomia e independência administrativa não pode, portanto, excluir o município como se o seu território fosse autônomo e alheio aos componentes da sua região, o que causaria resistência à gestão metropolitana.

Neste aspecto, é importante fazer um recorte sobre a região metropolitana. A urbanização foi intensa e generalizada em poucos anos no Brasil, entre 1970 e 2010, embora não de maneira uniforme. É fato que o maior adensamento da rede urbana está nas Regiões Sudeste e Sul, como também concentra a maior parcela de produção industrial. O processo de urbanização é influenciado pelo crescimento industrial e dos serviços, e atrelado a este, ocorreu o rápido processo de metropolização.

Moysés (2003) relata que as regiões metropolitanas ao mesmo tempo em que constituem imensos aglomerados humanos, reúnem também todas as mazelas sociais das populações carentes do país. E define a metrópole como sendo uma cidade com grande dinamismo econômico, político e cultural, com uma sinergia tal que, em torno dela, gravitam várias cidades vizinhas. Além disso, acrescenta:

Esses problemas estão relacionados à formação de favelas, à presença nas ruas de crianças abandonadas e moradores de rua em idade adulta, congestionamentos de veículos, aumento dos acidentes seguidos de morte no trânsito, poluição da água e do ar e, sobretudo, à exacerbação da violência urbana com raízes no tráfico e no consumo de drogas. Todos esses são indicadores que evidenciam uma tendência que está se generalizando na sociedade brasileira (MOYSÉS, 2003, p.318).

Com a Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988) a criação e a implantação de regiões metropolitanas saíram da esfera do Governo Federal e passaram a ser de responsabilidade dos governos estaduais. Assim, os Estados, mediante lei complementar, instituem regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, considerando os agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, institucionalizou as regiões metropolitanas e definiu o perímetro físico e social das regiões como “um conjunto de municípios contíguos e integrados social e economicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestruturas comuns”.

Isso mostra claramente que:

O grande marco da reforma liberal das instituições brasileiras, entretanto, não é apenas a privatização dos grandes instrumentos do ‘estado estruturante’, mas o ‘grande achado’ no plano político-institucional é a celebração de parcerias e consórcios entre municípios metropolitanos, o que viabilizou a implementação de um processo ainda incipiente de redes nacionais temáticas e agências de análise e fomento regional urbano. Como consequência dessas iniciativas no âmbito da política neoliberal, as parcerias e o formato dos consórcios possibilitaram a implementação de consórcios intermunicipais e a formação de convênios em regiões conturbadas, com o fim de equacionar, por exemplo, o saneamento ambiental e a gestão dos recursos hídricos (MOYSÉS, 2003, p.323).

O Centro-Oeste, constituído pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (Brasília), é uma região de fronteira com predominância da agroindústria, subsidiada pela agricultura, que é a base da economia regional. A capital do Estado de Goiás, Goiânia, é a cidade mais expressiva por sua localização estratégica, próxima a Brasília, e também a partir da cidade, forma a Região Metropolitana de Goiânia – RMG, que é constituída por 11 (onze) municípios autônomos. Na RMG concentra-se 15,5% da população do Centro-Oeste e 34% da população do Estado de Goiás, distribuída num território de 4.000 km², resultando numa densidade média de 425 pessoas por km².

A Região Metropolitana de Goiânia, anteriormente denominada de Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) (Lei nº 8.956, de 27/11/1980¹), formalizou-se com a publicação da Lei Complementar Estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999. Segundo o artigo 1º da LCE nº 27/1999, são 11 municípios que formam a “Grande Goiânia”, quais sejam: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragôiania, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Este mesmo artigo cria também a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), constituída pelos municípios de Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Inhumas, Nova Veneza

e Terezópolis de Goiás. O que implica que mais de 40% da população do Estado de Goiás vivem em 19 municípios num raio de no máximo 50 km da capital, conforme retrata Moysés (2003).

Landeiro (2013), encarregada pelo Observatório das Metrôpoles de descrever o Índice de Bem-Estar Urbano – Ibeu, da Região Metropolitana de Goiânia, informa que os dados do Censo Demográfico 2010 foram disponibilizados de maneira que é permitido dividir o território da região metropolitana em 82 áreas de ponderação. A avaliação da RMG, segundo o Ibeu local, pode ser inicialmente entendida como consideravelmente positiva: mais de 50% das áreas de ponderação possuem condições intermediárias (0,510 - 0,800) e quase 40% delas possuem condições superiores (0,810-1,000).

Assim, se tomada como referência a média alcançada pelo Ibeu local (0,720), das 82 áreas de ponderação, 40 estão abaixo da média e 42 acima da média. Em compensação, as áreas de ponderação piores avaliadas não apresentam índices tão baixos, o menor valor foi de 0,420.

Notadamente, em Aparecida de Goiânia e Goianira estão as áreas com os níveis inferiores de bem-estar urbano (0,500 – 0,001). As regiões de Aparecida de Goiânia que se encontram nessa situação são: Independência, Mansões, Vila Souza, Jardim Tiradentes, Jardim Tropical.

É a partir desse cenário precário do ponto de vista social que o município de Aparecida de Goiânia está criando e buscando meios e mecanismos aptos a promover o desenvolvimento econômico. Sobre esse aspecto, a questão urbana ocupa papel de destaque em âmbito nacional, com a formulação e implementação de políticas urbanas consequentes, capazes de melhorar as condições de vida nas cidades em geral e nas metrôpoles em particular.

Nesse sentido, as atribuições para a gestão das metrôpoles devem ser objeto de permanente discussão: a) política setorial e de subsídio de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; b) promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano; c) planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito; d) participação na implantação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, e a gestão do saneamento.

Do ponto de vista físico-territorial do município de Aparecida de Goiânia, podem-se detectar os seguintes problemas: A ocupação desordenada do solo urbano, gerando o fluxo migratório com crescimento vertiginoso e, com ele,

1 Lei nº 8.956, de 27 de novembro de 1980. Governo do Estado de Goiás.

adveio um conjunto de demandas reprimidas por uma rede de equipamentos sociais e de mercado de trabalho; os recursos hídricos, sistemas de esgoto e resíduos sólidos, drenagem, conservação de unidades de preservação, poluição do ar e da água, transporte urbano; do ponto de vista social, os relativos à saúde, assistência social e educação. Todos esses problemas ultrapassam os limites municipais e não podem ser enfrentados isoladamente: exigem solução conjunta.

Os fatores elencados, e os problemas a partir de então ocasionados, gerou profunda e urgente ação por parte da gestão urbana do município, que se vê privado dos instrumentos adequados para gerir toda a problemática. Assim para desenvolver ações que pelo menos minimizem os efeitos da migração desordenada, é essencial que a gestão municipal, deverá necessariamente reduzir, quanto possível, a relação de dependência das transferências e de obras realizadas pelo governo do estado, mesmo atentando para o fato de que as demandas sobre o tesouro municipal são maiores.

Medidas saneadoras e que detenham a expansão urbana desordenada. O ordenamento do espaço urbano da cidade, segurando a proliferação de loteamentos irregulares, sem, no entanto, engessar os negócios imobiliários, e ao mesmo tempo, assegurar novas receitas. Nessa sequência, o planejamento físico, da estruturação urbana, do parcelamento e do uso e da ocupação do solo, com estudos desenvolvidos por equipe multidisciplinar para elaboração do novo Plano Diretor, são ações primordiais.

O georreferenciamento atualizado periodicamente para fornecer dados para o cadastro imobiliário da prefeitura, e na obtenção de diagnósticos e legislação urbanístico-ambiental, é ferramenta indispensável.

As obras de infraestrutura, sobretudo de eixos multidirecionais em pontos estratégicos para a mobilidade urbana e de escoamento de bens e serviços, são promovidas e coordenadas a partir de estudos, projetos e programas, em harmonia com as diretrizes de planejamento regional.

Componente intrínseco é o comportamento administrativo articulado interno e externo, composto de equipe técnica multissetorial para prover, buscar recursos e acompanhar a implantação das ações, com avaliação periódica, no intuito da permanência e continuidade dos programas, concretizando-os efetivamente.

Também outra medida consequente é a criação de colegiados e consórcios intermunicipais que, apesar de esbarrarem em entraves burocráticos e jurídicos, quando há necessidade de captação de recursos são fundamentais.

Como resultado, a integração política, econômica, social e cultural no espaço metropolitano é inevitável. Das transformações em curso nos últimos trinta anos, cujos efeitos são percebidos na maioria dos entes componentes da Federação, remete diretamente a questão do desenvolvimento regional. Destas, vale destacar: a) a abertura para o mercado externo; b) o processo de privatizações; c) e, em especial, as mudanças tecnológicas e a consequente reestruturação

produtiva.

O acelerado processo de modernização tecnológica é resultado, dentre outros fatores, do esforço do governo federal e dos estaduais, concentrando suas ações no sistema acadêmico universitário e de pesquisa. De outro lado, as empresas criam sistemas institucionais e regionais de inovação. Esta modernização é óbvia mediante os resultados do aumento de produtividade, mudanças na organização da produção e gerencial, daí emergindo a forte presença de indústrias de alta tecnologia.

Facilitar este processo de modernização tecnológica para a região de Aparecida de Goiânia é fomentar uma melhor base econômica, em especial da estrutura industrial e da oferta de serviços. Iniciativas têm sido tomadas pelo governo municipal, sobretudo quanto à infraestrutura de conhecimento, refletidas pela rede acadêmico-universitária, das instituições públicas e privadas de pesquisa e na qualidade dos recursos humanos.

São medidas estruturais e seguramente proporcionam meios ao almejado desenvolvimento apesar da efetiva motivação de ordem política e política partidária, com objetivos explícitos de conservação no poder. Ainda assim, este tem-se posicionado com mais veemência sobre as demandas sociais e econômicas, e desenvolve uma série de estudos e ações visando implantar e aprofundar as mudanças, ou mesmo apenas apontar soluções.

De toda sorte constata-se que no município, ainda que de forma embrionária, a discussão do planejamento vem tomando vulto e amplia a visão dos problemas de âmbito setorial, suas potencialidades e a identificação das prioridades inseridas em seu contexto, possibilitando estabelecer coerência entre as diretrizes de política macroeconômica e setorial com as de desenvolvimento regional.

A política de planejamento aplicado para o desenvolvimento do município tem a percepção do papel da inovação no desenvolvimento econômico. Difusamente frente às carências da sua população, coexiste uma sociedade dominada pelo conhecimento, em que não há vantagens baseadas em recursos naturais, devendo ser criadas e construídas as vantagens baseadas, sobretudo, na capacidade de gerar conhecimento e inovação.

Analisando as ações até o momento empreendidas, constata-se que a política do planejamento da região reconhece que não conta com recursos naturais adequados, ou mesmo satisfatórios, e compreende que o sucesso dependerá de superar, dentre outros fatores, as barreiras dos custos, sobretudo do investimento produtivo e da aquisição do conhecimento tecnológico. Estas condições são mencionadas da seguinte forma:

O aumento do conteúdo de conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços traz um novo desafio para países, regiões, localidades, empresas ou sociedades, no sentido da capacitação científica e tecnológica ser pré-condição para o sucesso produtivo e comercial. Além dos atributos que possui, o esforço de busca e a luta competitiva, centrada no processo inovativo, vão depender de duas dimensões: a) da capacidade empresarial em promover

pesquisa e desenvolvimento, e identificar novos produtos ou processos que assegurem o sucesso econômico (produtivo e comercial) da empresa; e, b) da capacidade local de aprender, no sentido de se criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo (DINIZ, 2005, p.244).

Assim, dentre as medidas adotadas pela política local do atual governo que apontam para a criação dessa base inovadora, podem ser citadas:

- a) Construção de eixos estruturantes, interligando o município, e o intrarrelacionando à região metropolitana;
- b) Ampliação da malha viária criando condições de mobilidade de grande porte;
- c) Construção de aeroporto empresarial;
- d) Incentivo e a participação efetiva, criando os meios e dando suporte ao cidadão para sua inclusão em programas habitacionais;
- e) Aprimoramento do esquema de integração empresa-escola, mediante sistema de oferta e demanda por emprego organizado e eficiente;
- f) Instalação de universidade federal, com cursos técnicos profissionalizantes inicialmente, e a seguir de cursos superiores;
- g) Viabilização e flexibilização de instrumentos de controle fiscal, tornando o município uma região atrativa para a instalação de empresas de grande porte; e
- h) Suporte ao cidadão para desenvolver atividades de pequeno porte em situação regular, proporcionando o acesso ao crédito, a programas previdenciários e sociais.

Forma-se assim, a estrutura mínima necessária, e articula os centros de ensino e pesquisa com as relações das indústrias e serviços, promovendo o acesso e oferecendo a base educacional e cultural, o que em breve incentivará a criação de parque tecnológico como forma de crescimento diferenciado e inovador.

3 Conclusão

Este trabalho, genericamente sistematizou a produção teórica dos principais autores que, entre o século XIX e meados do século XX, discutiram a distribuição espacial da atividade econômica e os fatores de crescimento. Demonstrou que os “fundamentos do pensamento econômico regional” aqui referenciados, mantêm articulação e continuam válidos para interpretar uma ampla gama de fenômenos sobre o desenvolvimento regional, em especial do município de Aparecida de Goiânia.

Duas expressivas correntes teóricas foram delineadas: as teorias clássicas da localização e o conjunto de teorias de desenvolvimento regional que enfatizam os fatores de aglomeração. A breve apresentação da visão de autores dessas correntes esclarece que seus modelos teóricos têm orientado a formulação de políticas de desenvolvimento regional. Com

efeito, embora as teorias da localização enfatizem as decisões do ponto de vista da firma, na prática, as políticas de incentivos fiscais e financeiros – ao buscarem alterar a estrutura de custos das empresas em regiões determinadas – se apoiam nesse tipo de argumentação.

Quanto às políticas baseadas no conceito de aglomeração, essas foram especialmente utilizadas nos países marcados por altos níveis de desigualdades regionais. A aplicação dessas políticas está, sobretudo, relacionada à sua característica de oferecer soluções a situações específicas e aos instrumentos utilizados para tais. Com efeito, a produção teórica de autores como Perroux, resulta em recomendações que envolvem, diretamente, a atração de indústrias motrizes. Os argumentos para esse tipo de proposição são semelhantes aos que justificam, por exemplo, os incentivos à implantação de centros de distribuição - CD em regiões menos desenvolvidas.

Pelos estudos e análises abordados, o fato é que independente das economias em foco, é notável que o crescimento de uma região gera consequências regressivas (negativas até) em outras, em razão da destinação das pessoas e de seus investimentos, o que acompanha a lógica comercial. O fluxo comercial beneficiará as regiões mais atrativas economicamente, provocando o estímulo dos investidores, denotando-se regiões dominantes, e naturalmente, aumentando a renda e a demanda, causando fluxo continuado de investimentos. E dá-se o contrário nas regiões dominadas, que detém características marcantes como alta taxa de natalidade e distribuição de faixa etária desfavorável.

O forte desequilíbrio identificado nas abordagens comparativas da distribuição territorial, da população, das atividades econômicas, é resultado da herança histórica brasileira, caracterizando a desordem do território brasileiro e a forma de sua ocupação, o que provocou profundas desigualdades sociais entre as regiões, obrigando o planejamento a atentar que não se pode separar as políticas regionais das políticas urbanas. A rede das cidades determina e, implicitamente, acaba por comandar a ordenação territorial numa espécie de hierarquia de comando entre as regiões mais ricas em oposição às mais pobres, dominando com uma malha de infraestrutura, que articula a distribuição demográfica e econômica dentro dela.

Em especial a Região Centro-Oeste, a partir de 1950, destacou-se no cenário nacional com a transferência da capital federal. Ocasinou avanço em termos de infraestrutura, sobretudo viária, e o conseqüente desenvolvimento tecnológico, que incorporou a produção agropecuária, articulando a expansão agrícola de forma moderna, capitalizada e mecanizada, e constituiu-se, atualmente, na região mais dinâmica do país nessa atividade econômica, e vem desenvolvendo notória rede urbana de suporte e de serviços, indicando seu potencial.

Do exposto, conclui-se que a política do município de Aparecida de Goiânia acompanha o desenvolvimento regional verificado, e pode ser definida como um dos instrumentos para a diminuição das desigualdades regionais,

tendo como fator central alcançar um desenvolvimento mais equilibrado. Nesta proposta de estudo, destacam-se as atividades empresariais, as quais apresentam notáveis crescimentos anuais e seu resultado merece atenção. Ponto notório é o incremento das pequenas empresas que têm se destacado no atual cenário socioeconômico em muitas faces, seja pela participação nos processos produtivos na geração de emprego e renda à sociedade, seja pela elevada quantidade de empresas que vem se estabelecendo, fato este que ocasiona o aquecimento da economia local e desperta interesse para novos empreendimentos.

Referências

- BOISIER, S.; SMOLKA, M.O.; BARROS, A.A.D. *Desenvolvimento regional e urbano diferenciais de produtividade e salários industriais*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2014.
- CANDEIAS, C.N.B.; MACDONALD, J.B.N.; MELO, J.F. *Economia solidária e autogestão ponderações teóricas e achados empíricos*. Maceió: Edufal, 2005.
- CAVALCANTE, L.R.M.T. *Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização*. 2011. Disponível em: http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf. Acesso em: 30 abr. 2014.
- DALLABRIDA, V.R. *et al.* Aportes teórico-metodológicos sobre a dimensão espacial do desenvolvimento: uma contribuição. *Revista DRd*, v.1, n.1, p.190-209, 2011.
- DINIZ, C.C. *Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- DINIZ, C.C. *Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFGM, 2013.
- DINIZ, C.C. *Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- DOCUMENTO DE REFERÊNCIA. Secretaria de Desenvolvimento Regional, I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília. 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79. Acesso em: 10 nov. 2014
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Rev. Planej. Políticas Públicas*, n. 15, 1997.
- GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. *In:* CASTRO, I.E. *et al.* *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- KALNIN, J.L.; CASAROTTO FILHO, N. *Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- LANDEIRO, M.L. IBEU da Região Metropolitana de Goiânia. Observatório das metrópoles (Núcleo Goiânia). 2013. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/IBEU_local_Goiania.pdf. Acesso em 8 nov. 2014.
- LEI nº 8.956, de 27 de novembro de 1980. Governo do Estado de Goiás. Gabinete Civil da Governadoria. Superintendência de Legislação. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=8060
- LOPES, A.S. *Desenvolvimento regional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- MARTINS, R.L. *Geografia humana e econômica*. Curitiba: Iesde, 2010.
- MONASTÉRIO, L.; CAVALCANTE, L.R. *Economia regional e urbana: fundamento do pensamento econômico regional*. Brasília: Ipea, 2011.
- MONTEIRO NETO, A. *Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2006.
- MOYSÉS, A. *Cidade, segregação urbana e planejamento. A questão metropolitana no Brasil: desafios e perspectivas*. Goiânia: UCG, 2003.
- OLIVEIRA, A.A. *Políticas de desenvolvimento e desigualdades regionais no Brasil*. *In:* CONGRESSO SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. Campo Grande, MS, 2010.
- REZENDE, A.J.C. Autonomia municipal e lei orgânica. *Cad. Escola Legislativo*, v.10, n.15, p.7-42, 2008.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SPAGNOLI, M.V. *O conceito de território e região nas políticas públicas: uma discussão inicial para o entendimento dos territórios da cidadania*. *In:* ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 5. Santa Maria, RS, 2009.
- UDERMAN, S. *Padrões de organização industrial e políticas de desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia*. 2006. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/padroes-organizacao-industrial-politicas-desenvolvimento-regional-analise-estrategias>. Acesso em: 12 out. 2014.
- THISSE, J.F. *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.